



EQUACIONAMENTO



A luta da FUP e seus sindicatos para resolver o equacionamento do déficit do PP1

Desde que surgiu a necessidade da realização de um equacionamento que cobrisse o déficit do Plano Petros, proveniente de diversos fatores conjunturais e estruturais, a FUP e seus sindicatos filiados vêm realizando um grande esforço para que a categoria não sofra grandes impactos financeiros. Uma das frentes de luta foi garantir, no ACT (Acordo Coletivo), a criação de um Grupo de Trabalho, o GT-Petros, para discutir e encontrar outras formas

de equacionar esse déficit, juntamente com a Petrobrás e a Fundação, que onerasse o menos possível os seus participantes e assistidos. Infelizmente, a Fundação continua a colocar em prática o seu plano unilateral e arbitrário, o PED (Plano de Equacionamento de Déficit); e os Sindipetros, a exemplo do Sindipetro Bahia, vêm conseguindo adiar e amenizar o problema através de liminares jurídicas, que suspenderam, em muitos estados, esse nefasto

equacionamento, principalmente na Bahia. Durante as reuniões do GT, a FUP apresentou estudos realizando uma reflexão histórica do PPSP (Plano Petros do sistema Petrobrás), focando em um diagnóstico das causas que originaram o atual déficit do plano e apresentou uma proposta alternativa ao PED que amenize os impactos financeiros gerados aos participantes e assistidos e que garanta a perenidade dos planos oriundos da Cisão do

PPSP, o PPSP-R e o PPSP- NR, por acreditarmos que planos de Benefício Definido (BD), se bem-administrados, continuam sendo viáveis e são os que trazem maiores garantias e maior tranquilidade aos seus participantes e assistidos. No Petrolino deste mês, você pode acompanhar – na **página 3** – as alterações regulamentares que, se implementadas, poderão substituir o PED do PPSP e garantir a perenidade do PPSP-R e do PPSP-NR.

Página 2
Resolução do governo Temer pode acabar com a AMS-Petrobrás

Página 4
As eleições de 2018 e a importância de garantir a representatividade da categoria petroleira

RESOLUÇÃO 23

Golpe na AMS



A Resolução 23 e os impactos para os beneficiários

Muitos são os boatos sobre os impactos da Resolução 23 da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União), de 26/01/18. Alguns trabalhadores correm para se aposentar, e vários sofrem o assédio de escritórios de advocacia. Vamos refletir sobre a AMS (Assistência Multidisciplinar de Saúde), ante mais

esse aspecto do assalto geral, promovido pelo Golpe de Estado de 2016, contra os direitos sociais.

1. O que a Resolução 23 determina? — O teto do custo geral da AMS passaria a ser 8% da folha da Petrobrás, ou variação que apresente resultado menor; atualmente, no ACT, não há limite proporcional à folha de pagamentos. Haverá também um limite individual de custeio a ser fixado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais.

2. A paridade no custeio — A relação entre o custeio do programa pela Petrobrás e suas Subsidiárias, e pelos empregados, hoje fixada como meta, pelo ACT, em 70/30, passaria a 50/50, valendo inclusive para o reembolso.

3. A proibição da AMS para apo-

sentados — A Resolução 23 ressalva o "respeito ao direito adquirido", o que implica em debate jurídico para saber se os aposentados, ou aposentáveis, entre 26/01/18 e 31/08/19 (data final da vigência do ACT), têm ou não o direito à AMS.

4. A retirada da AMS do ACT — Essa resolução impõe à Petrobrás e suas Subsidiárias que, no próximo ACT, após 31/08/19, sejam retiradas todas as regras que hoje estão protegidas pelas cláusulas de 30 a 37, do atual ACT.

5. As dúvidas dos que vão se aposentar — Aposentar no INSS agora, ou em qualquer outro período, entre 26/01/18 e 31/08/19, não faz diferença alguma para configurar o direito à AMS. Nem os que se aposentaram antes da publicação

dessa Resolução, em 26 de janeiro de 2018, estão garantidos. Se o governo do Golpe conseguir impor a Resolução 23, os novos limites de custeio também os afetarão. E isso apenas enquanto a Petrobrás e suas Subsidiárias sobreviverem! Extintas ou vendidas, a AMS terá o mesmo destino, automaticamente.

6. Solução Judicial — É FALSA qualquer expectativa de proteção da AMS via o Judiciário. A AMS só existe por causa do ACT. Se não estiver protegida por um novo ACT, que enfrente e supere a Resolução 23, não haverá saída. Não há alternativa senão a mobilização dos empregados da Petrobrás, ativos e aposentados, por um ACT 2019 que mantenha a AMS.

Normando Rodrigues
Assessor Jurídico da FUP

PETROS

Ato Nacional no Rio cobra o fim do Equacionamento do PP1

Petroleiros da ativa, aposentados e pensionistas e participantes do VII Plenafup, que aconteceu no Rio de Janeiro, de 1.º a 5 de agosto, realizaram na quinta-feira (02) um Ato Nacional em repúdio ao PED do PP1 e aos desmandos e arbitrariedades cometidos pela direção da Petros. Vestidos com os jalecos laranjas, os manifestantes marcharam

da Lapa, passando pelo Edifício-Sede da Petrobrás, até a Rua do Ouvidor, na Sede da Petros. Acuada, a direção da Petros, para evitar o protesto, suspendeu o expediente e fechou as portas da Fundação. Apesar disso, o Ato foi realizado. Saiba mais acessando o site eletrônico do Sindipetro-BA na internet: www.sindipetroba.org.br.



Reuniões mensais definem agenda de luta

Os representantes sindicais dos aposentados e pensionistas, diretores e diretoras do Sindipetro se reúnem todas as últimas quintas-feiras do mês na sede do sindicato para trocar informações e ideias com o objetivo de oferecer um melhor serviço aos

associados da entidade sindical. Nessas reuniões eles organizam o calendário da caravana (veja na página 4) e falam sobre as necessidades urgentes da categoria. Assim, escolhem as frentes de batalha que devem focar e dão continuidade à luta.



PP1

Proposta da FUP aprovada na VII PLENAFUP para substituir o equacionamento é apresentada às demais entidades



Dia 14/08, terça-feira, no Rio de Janeiro, a FUP, conforme decisão da sua Plenária Nacional - a VII PLENAFUP, participou de reunião com diversas entidades que representam os participantes e assistidos da Petros, e apresentou sua proposta para garantir a sustentabilidade e a perenidade do Plano Petros-1, que, após a cisão, foi dividido em dois planos: o PPSP-R, que reúne os participantes e assistidos que repactuaram; e o PPSP-NR, voltado para os não repactuados.

A proposta traz na íntegra todos os pontos que foram debatidos e aprovados por unanimidade na VII Plenária Nacional da FUP, entre os dias 1º e 5 de agosto, e já foi apresentada ao GT Petros, que reúne representações da

Petros, Petrobrás, FUP, FNP e FNTTAA (Federação dos Marítimos). Esse Grupo de Trabalho foi garantido pela FUP no Acordo Coletivo 2017/2019, após várias mobilizações contra o Plano de Equacionamento apresentado pela Petros (PED).

Desde o ano passado, o GT vem discutindo alternativas para o equacionamento do PP-1. Na reunião da terça-feira (14), a FUP reiterou a importância de uma proposta unitária que se contraponha ao equacionamento abusivo imposto pela Petros e que impeça a Petrobrás de implantar um Plano de CD, o PP-3, que já vem sendo ventilado pela empresa.

A FUP também ressaltou que é fundamental garantir a sustentabilidade

e a perenidade dos planos PPSP-R e PPSP-NR, dando segurança a todos os participantes e assistidos. A Federação esclareceu para as entidades que a proposta não traz prejuízo algum para as ações judiciais de cobrança de dívidas que a Petrobrás e demais patrocinadoras têm com os planos. Participaram da reunião: AEPET, AMBEP, FNP, FENASPE, FNTTAA, APAPE, GDPAPE e AEXAP.

O conceito e o objetivo da proposta

Antes de apresentar as alterações regulamentares, propostas pela FUP no GT da Petros e que, se implementadas, poderão equacionar o déficit, o Conselho Deliberativo eleito da Pe-

tros, Paulo César Martin (PC), pondera que é preciso esclarecer a respeito do conceito da proposta apresentada que tem como objetivo oferecer uma nova maneira dos participantes e assistidos pagarem a sua cota na parte do déficit de forma suave e que não traga tantos problemas às suas finanças. De acordo com PC, após inúmeras discussões e estudos, "verificamos que essa possibilidade existe, mas está atrelada a um aumento na taxa de contribuição e na redução no nível de benefício dos planos PPSP-R e PPSP-NR". Ainda assim, continua PC, "a FUP tem convicção de que esta proposta tem vantagens em relação ao PED apresentado pela Petros".

(Com informações da FUP)

Conheça as propostas alternativas da FUP ao PED:

1 - Aumento de 30% nos percentuais das contribuições normais.

2 - Introdução de contribuição normal para as pensionistas com as mesmas tabelas utilizadas para ativos e aposentados.

3 - Reajuste anual dos benefícios nos primeiros 5 anos pelo IPCA deduzido de 2,5%.

4 - Saldamento do benefício futuro e reajuste anual do benefício saldado nos primeiros 5 anos com base no IPCA deduzido de 2,5%.

5 - Introdução de contribuição adicional de 20% sobre o valor do Pecúlio por Morte.

6 - Introdução de contribuição adicional provisória, com percentual de 50%, a ser aplicada sobre o valor do abono anual líquido da contribuição

normal durante os 10 primeiros anos após a aprovação desta proposta.

Esclarecemos que os itens "1", "2" e "5" são alterações permanentes, enquanto os itens "3", "4" e "6" são alterações provisórias e com os prazos contados a partir da data de aprovação desta proposta.

Para conhecer a proposta completa da FUP, aprovada na VII PLENAFUP,

acesse o nosso sítio eletrônico na internet www.sindipetro.org.br

IMPORTANTE – O detalhamento dessas propostas com as devidas explicações serão dadas durante as reuniões que o Sindipetro tem feito em vários bairros de Salvador e em cidades do interior do estado, onde existem subseções da entidade sindical. Confira na página 4 o calendário dessas reuniões e participe!

ELEIÇÕES 2018

A importância do voto para garantir a Petros, a AMS e a Petrobrás

As eleições de outubro podem ser decisivas para a manutenção ou a perda de direitos históricos da categoria petroleira. O assunto é muito sério e exige reflexão que leve ao voto consciente, priorizando os candidatos que – de fato – representem os aposentados, pensionistas, trabalhadores da ativa e população em geral.

Nos debates presidenciais, que estão sendo organizados e transmitidos por diversas emissoras de TV, muitos candidatos estão falando abertamente em privatizar a Petrobrás. Na prática, isso significa acabar com a AMS e a Petros.

Por isso é preciso atenção. Caso contrário, na hora de digitar o voto na urna você pode estar comprometendo o seu futuro.

Hoje, dois anos depois do impeachment, que destituiu Dilma Rousseff do poder, não há prova que houve crime de responsabilidade da então presidente; o que fortalece a tese do golpe de estado dado em 2016, já denunciado por amplo segmento da sociedade.

Muitas pessoas que estavam insatisfeitas se deixaram levar pela propaganda maciça de emissoras de TV e jornais da grande mídia, que incitaram o povo a ocupar as ruas para derrubar um governo democraticamente eleito, mas que não interessava às elites financeiras.

Naquele momento, sem saber, elas estavam dando um golpe nelas mesmas, no povo e no País.

A conta chegou e está sendo paga pelos trabalhadores, aposentados, pensionistas e a população em geral, através da reforma trabalhista, da entrega do patrimônio público, do congelamento nos investimentos em educação e saúde, dos retrocessos sociais e das perdas de direitos.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE, divulgada no dia 17/05, aponta que falta trabalho no Brasil para 27,7 milhões de brasileiros. De acordo com o instituto de pesquisa, esse quadro enfatiza o quanto a situação do mer-

cado de trabalho brasileiro segue desfavorável.

A promessa para aprovação da reforma trabalhista é que ela geraria imediatamente milhares de empregos. Mais uma enganação.

São dois anos de retrocessos jamais vistos na história do Brasil. O atual governo conseguiu a façanha de retroceder 20 anos em apenas dois.

Petroleiros podem perder ainda mais direitos

No nosso caso, a conta é uma das mais salgadas. Além do desmonte do Sistema Petrobrás, que está sendo vendido, unidade por unidade, a preços bem abaixo do mercado, a atual gestão da companhia está atacando os direitos dos trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas.

A ideia, já divulgada pela direção, é ficar apenas com parte do pré-sal e privatizar todo o resto. Para isso, eles estão “arrumando a casa” porque nenhuma empresa privada vai, por exemplo, ad-

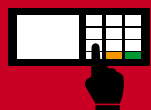
quirir uma estatal que tenha um plano de aposentadoria que garanta renda vitalícia e que a empresa contribua solidariamente com todos os seus custos e riscos.

Todas essas medidas fazem parte de um projeto de governo – implantado após 2016. Por isso as eleições de 2018 e o seu voto ganham uma importância ainda maior. Através das urnas vamos definir nosso futuro e o de nossos filhos e netos.

Procure se informar e não vote em candidatos, seja para a Presidência, Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa da Bahia, que darão continuidade a esse projeto.

Não vote em quem quer privatizar a Petrobrás, acabar com a AMS e com o Plano Petros.

Entendemos também que, devido a essa conjuntura tão adversa, é urgente e necessário garantir a representatividade da categoria petroleira nos espaços do legislativo e do executivo.



**VOTE EM QUEM DEFENDE A PETROBRÁS! • VOTE EM QUEM VAI LUTAR POR SEUS DIREITOS!
VOTE EM QUEM REALMENTE VAI TE REPRESENTAR!**

Caravana da informação

CALENDÁRIO DE REUNIÕES - AGOSTO 2018

DATA	HORA	CIDADE	LOCAL
Segunda: 03/09	9h30	Madre de Deus	Subsede do Sindipetro Bahia
Terça: 04/09	9h30	São Francisco do Conde	Subsede do Sindipetro Bahia
Quarta: 05/09	9h30	Santo Amaro	Lira Filarmônica – Rua Conselheiro Paranhos, 04, Centro
Quinta: 06/09	9h30	Salvador	Espaço de Festa Show de Bola – Rua Natuba, 01 – Pernambués
Terça: 11/09	9h30	Serrinha	Subsede do Sindipetro Bahia
Quarta: 12/09	9h30	Pojuca	Hotel União – Rua Irmã Dulce, s/nº – Nova Pojuca
Quinta: 13/09	9h30	Mata de São João	Subsede do Sindipetro Bahia
Sexta: 14/09	9h30	Salvador	Cerimonial Ramos – 1ª Travessa Domingos Pires, s/nº – Periperi
Terça: 18/09	9h30	Lauro de Freitas	Mais Hotel – Praia de Buraquinho

Assuntos das reuniões: Benefício Farmácia, GT da Petros e o Equacionamento do déficit técnico do Plano Petros-1, Ações Judiciais (PL-83, Níveis, etc)